

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>249.309.971,96</b>	<b>430.018,38</b>	<b>249.739.990,34</b>
Pessoal Ativo	200.661.505,54	45.896,72	200.707.402,26
Pessoal Inativo e Pensionistas	48.648.466,42	384.121,66	49.032.588,08
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>42.299.271,04</b>	<b>429.678,90</b>	<b>42.728.949,94</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.040.592,96	429.678,90	1.470.271,86
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	41.258.678,08	0,00	41.258.678,08
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>207.010.700,92</b>	<b>339,48</b>	<b>207.011.040,40</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>700.438.647.763,34</b>		
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,029554%</b>	<b>0,000000%</b>	<b>0,029554%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;=&gt;</b>	<b>0,057479%</b>		<b>402.605.130,35</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;=&gt;</b>	<b>0,054605%</b>		<b>382.474.873,83</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;=&gt;</b>	<b>0,051731%</b>		<b>362.344.617,31</b>

FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL/TRT14ª SOF/SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA, 20/05/2016 às 14:40

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 3.895.417,14 sem despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados.
  - 3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 1.063.072,47 sem despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados.
  - 4) Despesas com Precatórios da Administração Indireta: despesa liquidada de R\$ 214.759,00 sem despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados.
  - 5) Os Limites de Gastos com Pessoal de que tratam o art. 20, I, "b" e § 1º, e art. 22, Parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101/2000, foram estipulados conforme Ato Conjunto TST/CSJT n.º 30, de 26 de agosto de 2013, alterado pelo Ato Conjunto TST/CSJT n.º 12, de 1º de julho de 2015.

FRANCISCO JOSE PINHEIRO CRUZ  
 DESEMBARGADOR PRESIDENTE

RAIMUNDO JOSE ZACARIAS DA COSTA  
 DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA  
 DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA  
 SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS